



Histórico do FNOGA

O Fórum Nacional de órgãos Gestores das águas - FNOGA é fruto das Reuniões Técnicas que ocorreram em alguns estados nos meses de julho, outubro, novembro e dezembro de dois mil e oito, em face da necessidade de haver uma maior integração entre os órgãos gestores de recursos hídricos estatais.

Desse modo, o FNOGA foi constituído e fundado em 16/12/2008 (dezesesseis de dezembro de dois mil e oito), no Estado de São Paulo, em Assembléia Geral, na qual estiveram presentes representantes dos Órgãos Gestores das Águas dos Estados, para constituí-lo e fundá-lo. Nessa Assembléia, os membros aprovaram o Estatuto do FNOGA e, também, elegeram e empossaram a Coordenação Geral (Coordenador Administrativo – IGAM/SEMA/MG, Coordenador Executivo – INGÁ/SEMA/BA e Secretário Executivo – SEMA/AC) e o Conselho Fiscal do mesmo, que teriam um mandato de 02 (dois) anos, segundo dispunha o Estatuto recém aprovado.

Abaixo, elaboramos um breve histórico das reuniões do FNOGA, tendo como embasamento as atas das mesmas.

Reunião de Alagoas

A reunião de Maceió ocorreu nos dias 16 e 17 de abril de dois mil e nove. Vejamos seus principais temas:

- A pauta da reunião teve como tema central os Fundos setoriais e os recursos hídricos. Houve também as seguintes apresentações sobre o tema central: versão panorâmica da ANA no tratamento do tema; esclarecimentos do Sr. Elias Araújo (consultor, à época, do INGÁ/BA); a experiência de São Paulo, apresentada pela Sra. Rosa Mancini/SMA/SP. Posteriormente, abriu-se para os outros estados falarem de suas experiências. Informara-se também dos convites que foram feitos, inclusive dentro do Fórum em Istambul, em que fora lançado o “Governança Pública das Águas: A experiência dos Estados Brasileiros” documento produzido pelo Fórum, o qual fora lançado nessa reunião e distribuído no Conselho Nacional de Recursos Hídricos - CNRH.
- O Sr. Harlen Inácio – SEMARH/GO, discorrera sobre a participação da delegação do Brasil na Turquia e que o Brasil teve ótima participação nas sessões temáticas. Destacou que o maior evento ocorrido na ocasião foi o lançamento do livro (citado supra) numa versão em inglês e francês, tendo inclusive pessoas de outros países assistindo.

- A Sra. Rosa Mancini – SMA/SP, também discorrera sobre Istambul. Comentara que os assuntos debatidos foram essenciais, a exemplo de Transposição, Gestão de Água em Meio Urbano. Suscitara o apoio às cartas que saíram do evento. A primeira fora dos governos locais e a segunda ministerial. A carta dos governos locais são acordos e diretrizes a serem apoiadas pelos estados e municípios. Falara da importância na organização dos estados em discutirem Metas do Milênio, que deverão ter suas contas prestadas até 2015. O Sr. Júlio César de Sá da Rocha – INGA/SEMA/BA, Coordenador Executivo do Fórum à época, ressaltou que o Fórum Mundial da Água em Istambul fora um evento de grandes proporções, com discussões paralelas. Na caso do stand brasileiro, houvera apresentação sobre Itaipu, e também diálogo com portugueses e africanos. Dera o informe da cooperação com os países de língua portuguesa, no âmbito da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa - CPLP.
- O Sr. Júlio Rocha informara sobre os documentos que faltavam para o registro da Associação Fórum Nacional dos Órgãos Gestores das Águas.
- O Sr. Manoel Imbiriba - SEMA/PA, sugerira que o Fórum contratasse consultor para fazer Estudo Nacional sobre Fundos de Recursos Hídricos, para que as consultorias não ficassem apenas no âmbito estadual, mas nacionalmente, a partir do Fórum Nacional de Órgãos Gestores das Águas.

No intuito de rememorar e sanar os encaminhamentos porventura pendentes, citaremos os principais:

- Participação dos Conselhos Estaduais no CNRH, com convocatória regular e direito à voz a todos os estados, que seria definido no Regimento Interno do CNRH. Como também reunião dos estados prévia à reunião do CNRH. Elaborar-se-ia ofício para a Secretaria Executiva fazendo essa solicitação. Pediria direito de voz à Coordenação do Fórum Nacional de Órgãos Gestores das Águas;
- Fórum Nacional das Águas como instância de interlocução com o governo federal, incluindo o FNOGA como vetor para o diálogo com o governo sobre os Conselhos Estaduais. Os Conselhos seriam convidados a se reunirem com o Fórum, com o intuito que o FNOGA pudesse falar em nome deles;
- O novo Programa Interáguas, que houvesse uma discussão com os estados;
- Repactuação da relação da ANA com os estados. Seria marcada uma agenda com o Sr. José Machado, para uma conversa oficial com a ANA, nos dias 26 e 27 de maio de 2009;



- Gestão Integrada da Política de Recursos Hídricos com a Política de Meio Ambiente. Importância em participar da oficina em 14 de maio de 2009;
- Chamamento para a participação na Oficina onde seria discutida a Criação de Unidade de Gerenciamento para Gestão de Recursos Hídricos. Na reunião seria feito pedido de vista do processo do CNRH, que tratava do assunto;
- A Sra. Marília Carvalho de Melo - IGAM/SEMA/MG, comprometera-se em convidar o Conselho Federal de Engenharia, Arquitetura e Agronomia – CONFEA e Comissão de Meio Ambiente para definição de uma agenda conjunta na próxima reunião do Fórum, que seria em Belo Horizonte (15 e 16 de junho de 2009);
- A Sra. Rosa Maria Mancini citara os encaminhamentos sobre as metas do milênio, e sobre as cartas para os governos locais. Metas do milênio: todos os estados organizariam sua base de dados para avaliação de suas metas, até a reunião de Goiânia. Mancini também sugerira que tais dados virassem uma publicação, podendo incorporar no Governança Pública das Águas. Ela enviaria para o INGÁ/BA o documento produzido por São Paulo, para que fosse enviado para os demais estados. Sobre a assinatura do documento das autoridades locais produzido pelo Fórum Mundial da Água “Consenso das Águas para as Autoridades Locais e Regionais”, Mancini também enviaria para o INGÁ/BA para que fosse disponibilizado para os outros Estados;

Reunião de Goiânia

A reunião de Goiânia ocorrera nos dias 31 de agosto a 1º de setembro de dois mil e nove. Vejamos seus principais temas e encaminhamentos:

- Palestra “Política Nacional de Meio Ambiente e de Recursos Hídricos”
 - SEMARH/GO
 - Ministério de meio Ambiente/MMA
- Instrumentos da Política de Meio Ambiente: Licenciamento Federal
 - IBAMA
- Política Integrada - Papel do CONAMA
- Instrumentos da Política de Meio Ambiente: Licenciamento - Experiência dos Estados



-IMA / Bahia
-SEMARH / Goiás

- Instrumentos da Política de Recursos Hídricos: Outorga
– Palestra da ANA
- Instrumentos da Política de Recursos Hídricos: Outorga Paineis – Estados
 - INGÁ/Bahia
 - CETESB/São Paulo
 - IGAM/Minas Gerais
- Política Integrada Papel do CONAMA/CNRH
 - João Bosco/Vicente Andreu
 - Secretária Executiva/MMA – Izabella Teixeira
- Moção de apoio ao Governo do Estado da Bahia representado pelo Instituto de Gestão das Águas e Clima - INGÁ, autarquia vinculada à Secretaria de Meio Ambiente, pelas ações efetivadas na busca de cumprimento dos instrumentos da Política Estadual de Recursos Hídricos e respeito ao Sistema Estadual de Gerenciamento de Recursos Hídricos.
- Carta de Goiânia, a qual tivera o seguinte teor:

Considerando a importância dos instrumentos de outorga e licenciamento, a importância da Política Nacional de Recursos Hídricos e da Política Nacional do Meio Ambiente, a necessidade de integração dos instrumentos administrativos de comando e controle e os princípios da prevenção e da precaução
Resolve:

- 1 - propor reunião conjunta do CONAMA e CNRH para discussão de pauta de integração;
- 2 – aprofundamento da discussão da delegação aos Estados e ao Distrito Federal da competência para conceder outorga de uso de recurso hídrico de domínio da União;
- 3 – propor reunião sobre tema Licenciamento e Outorga com o IBAMA e a ABEMA;
- 4 – discussão da temática disponibilidade hídrica das atividades de geração de energia com ANA, ANEEL, OEMAS e órgãos estaduais de Recursos Hídricos;
- 5 – elaboração de artigo em jornal de circulação nacional reforçando a importância da PNRH, SINGREH e instrumentos da política, especialmente da outorga;
- 6 - encaminhamento do registro oficial do Fórum Nacional de Órgãos Gestores das Águas.

Reunião de Campo Grande

Aos vinte e dois dias do mês de novembro do ano de dois mil e nove, às 14 horas, durante o XVIII Simpósio Brasileiro de Recursos Hídricos, no Centro de Convenções Arquiteto Rubens Gil de Camilo, na cidade de Campo Grande, Mato Grosso do Sul, reuniram-se em Assembléia Ordinária os representantes dos Órgãos Gestores das Águas dos Estados. Vejamos seus principais temas e encaminhamentos:

- Moção sobre a dominialidade das águas subterrâneas, posicionando-se contrários à aprovação da PEC 43, que dispunha sobre a dominialidade das águas subterrâneas transferindo-a dos Estados à União;
- Matrizes energéticas – ficara convencionado ser abordado na reunião que ocorreria no Rio de Janeiro nos dias quatro e cinco do mês de fevereiro de 2010, com a seguinte pauta: 1) Aproveitamento Hidroelétrico, no contexto da matriz energética do país; 2) Pagamento por serviços ambientais, cada Estado deveria fazer apresentação da sua realidade; 3) Regimento Interno: aprovação da minuta; 4) Contribuição anual, pré-proposta: trezentos reais por órgão gestor; 5) Agenda 2010.

Reunião do Rio de Janeiro

A reunião do Rio de Janeiro ocorreu nos dias 11 e 12 do mês de março de 2010, no Instituto Estadual do Ambiente – INEA. Vejamos seus principais temas e encaminhamentos:

- **Revisão do Plano Nacional de Recursos Hídricos – MMA/SRHU**

O Secretário da SRHU/MMA, Sr. Silvano Silvério, discorreu sobre a Pré Conferência das águas, que ocorreria nos dias 23/03/10 a 25/03/10, na qual seriam feitas explanações sobre a revisão do Plano Nacional de Recursos Hídricos, se discutiria sobre as mudanças climáticas e seus impactos nos recursos hídricos, assim como o Fundo Nacional de Mudanças Climáticas, dentre outras questões.

O Sr. Marcos Neves, Diretor de Recursos Hídricos da SRHU, após uma breve apresentação de alguns aspectos da Revisão do Plano Nacional de Recursos Hídricos, informou que haveria Oficinas Regionais nas doze Regiões Hidrográficas do país para se discutir as particularidades de cada Região frente ao PNRH. Nesse sentido, apresentou proposta de realização dessas Oficinas em uma cidade de cada Região Hidrográfica como também a



estimativa dos custos associados à realização de tais Oficinas. Solicitou ainda colaboração do Fórum para articulação com todos os Órgãos Gestores de Recursos Hídricos Estaduais com a finalidade de aprovação dessa proposta. Vários representantes presentes solicitaram mais detalhes sobre os eventos regionais: metodologia, número de participantes previstos, providências a serem tomadas, entre outros. Ficou acordado então, que a SRHU consultaria oficialmente os Estados sobre a possibilidade de sediarem o evento, detalhando seu objetivo, metodologia e providências a serem tomadas. Além disso, encaminharia uma planilha das 300 ações do Plano para discussão nos Estados como atividade preparatória aos Encontros. Esclareceu também que caberia a cada sistema estadual o processo interno de discussão

- **Aproveitamento Hidroelétrico no Contexto da Matriz Energética do País**

O palestrante da ANEEL, Sr. André Martins, discorreu sobre o aproveitamento hidroelétrico no contexto da matriz energética do país, mais precisamente, o aproveitamento ótimo dos recursos hídricos e suas implicações hidroelétricas

- **Regimento Interno**

O Sr. Luiz Henrique Pinheiro – INGÁ/BA, fez a leitura da proposta de Regimento Interno do Fórum Nacional dos Órgãos Gestores das Águas.

- **Projeto de Lei nº 315**

O representante da ANA, SR. Rodrigo Flecha, apresentou a lógica do PL 315 e, juntamente com os membros do Fórum presentes à reunião, elaboraram Moção de Repúdio ao PL nº 315, que alteraria a legislação que regula a distribuição dos recursos da compensação financeira pelo uso dos recursos hídricos para geração de energia elétrica, prevendo a diminuição do repasse dos recursos para os Estados com um conseqüente aumento para os Municípios. Ficou acordado que cada Estado articularia com seus políticos, inclusive os que compõem as Comissões pelas quais ainda tramitaria o PL nº 315, no sentido de buscar apoio para que esse Projeto de Lei não fosse aprovado nestas Comissões. A Coordenação Executiva enviaria cópia da Moção, anexando os nomes de todos os membros do Fórum, ao Senado, à Câmara dos Deputados, ao Conselho Nacional de Recursos Hídricos - CNRH e à Agência Nacional de Águas - ANA;

- **Projeto de Emenda Constitucional nº 43**

Discutiu-se sobre a PEC nº 43, que retiraria dos Estados da Federação a dominialidade das águas subterrâneas, transferindo-a à União. O Sr. Rodrigo Flecha comentou que a ANA tem posição contrária à PEC nº 43, pois entendia que a dominialidade era dos Estados, que tratava-se de particularidades locais. Do mesmo entendimento compartilharam os membros do Fórum,



os quais acordaram que na próxima reunião do Conselho Nacional de Recursos Hídricos – CNRH, que ocorreria no dia 23/03/2010, Rosa Maria Mancini – SMA/SP, que também é Conselheira do CNRH, por delegação do então Coordenador Executivo do Fórum Nacional dos Órgãos Gestores das Águas, Sr Júlio Cesar de Sá da Rocha - INGÁ/BA, representaria o Fórum naquela reunião, manifestando-se contrário à PEC nº 43 e também ao PL nº 315;

- **Reflexão sobre o Fórum Nacional de Órgãos Gestores das Águas e o Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos – SINGREH**

Foi realizada atividade para refletir sobre o Fórum, o Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos – SINGREH e para estabelecer uma Agenda e Temário para o Fórum Nacional de Órgãos Gestores das Águas. Os membros chegaram à conclusão que o Fórum fora de fundamental importância, nesses anos iniciais de sua existência, para consolidar a integração dos Órgãos Estaduais de Recursos Hídricos. Entretanto, concordaram que seria imprescindível definir uma agenda mais política para a atuação do Fórum. Também, concordaram que seria preciso que houvesse uma maior articulação entre os membros para que o Fórum se tornasse mais politicamente forte, que houvesse discussão prévia das pautas das reuniões, comunicação constante entre os membros, presença nas reuniões trimestrais e, ainda, deliberaram sobre a necessidade de se criar canais de discussão para o FNOGA. Rosa Formiga - INEA/RJ e Robson Monteiro – IEMA/ES, se comprometeram a definir os canais de discussão, sendo que um seria restrito aos membros e outro ampliado para os técnicos dos órgãos

- **Pauta da reunião de Belo Horizonte**

A próxima reunião do Fórum ocorreria em Belo Horizonte, nos dias 06/05/2010 e 07/05/2010, que teria como pauta de discussão:

- **Revisão do Plano Nacional de Recursos Hídricos – PNRH**

Ficou decidido, para abordagem do PNRH, criar um grupo de leitura do mesmo, formado por João Lúcio – COGERH/CE; Cleide Melo – IGAM/MG; Rosa Mancini (coordenadora) – SMA/SP; Ana Paula – SDS/SC e um membro da Região Norte que seria contactado pela Coordenação Executiva do Fórum – INGÁ/BA, para elaborar questionamentos prévios a respeito de temas concernentes às Políticas Estaduais de Recursos Hídricos. Isso orientaria a apresentação do PNRH por parte da SRHU/MMA;

- **Pagamento de Serviços Ambientais**

No que concerne ao Pagamento por Serviços Ambientais, ficou acordado que a Coordenação Executiva, em articulação com os representantes dos Estados do Espírito Santo e do Rio de Janeiro, proporia uma pauta com destaque aos Estados que já possuíssem legislação



vigente e/ou experiência sobre o assunto (ES, MG, SC e RJ), os quais consensuariam entre si para fazer a abordagem sobre o tema;

➤ **Coordenação Executiva do FNOGA**

Com relação à Coordenação Executiva do FNOGA e sendo considerada a provável saída do então coordenador Júlio Rocha – INGÁ/BA, o representante do mesmo informou que na próxima reunião o INGÁ se posicionaria quanto à continuidade de sua gestão e, caso contrário, seria realizada eleição para o próximo coordenador;

• **Agenda do ano**

Os membros sugeriram temas para serem discutidos nas reuniões posteriores a de Belo Horizonte. Quais sejam:

- Agenda 21;
- Segurança de barragens;
- Agricultura Irrigada;
- Papel político do Fórum;
- Programa Setorial de Qualidade – PSQ;
- Política Nacional de Recursos Hídricos – PNRH;
- Integração dos órgãos gestores de recursos hídricos e a ANA;
- Sistemas Estaduais de Recursos Hídricos;
- Metas de Desenvolvimento do Milênio;
- A promoção da sustentabilidade ambiental;
- Plano Nacional de Saneamento Básico – PLANSAB;
- Fortalecimento dos instrumentos da Política Nacional de Recursos Hídricos.